DOI: 10.30612/mones.v15i29.19472

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

Da negação à liderança: contrastes nos argumentos da Política Externa Brasileira de Bolsonaro (2019) e Lula (2023) sobre temas de clima e meio ambiente

Miriam Gomes Saraiva
Universidade Estados do Rio de Janeiro (UERJ)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Email: miriamsaraiva@uerj.br
Orcid: http://orcid.org/0000-0001-8212-5509

Ana Paula Marino de Sant'Anna Reis
Universidade Estados do Rio de Janeiro (UERJ)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Email: paula.reis@msn.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6458-5966

Thayane Queiroz S. de Jesus
Universidade Estados do Rio de Janeiro (UERJ)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Email: tthayanequeiroz@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0824-8783

Resumo: A política externa brasileira sofreu inflexões na agenda ambiental com a transição do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) para o de Lula da Silva (2023-atual). Partindo do pressuposto de que essa

alternância gerou uma reorientação na inserção internacional do país, o artigo investiga como as visões de mundo dos presidentes e suas respectivas coalizões de apoio se refletem nos discursos oficiais sobre clima e meio ambiente. A hipótese central é que mudanças no perfil ideológico do chefe do Executivo e nas alianças políticas afetam a retórica e os compromissos ambientais do Brasil. Realiza uma análise de conteúdo dos discursos proferidos no primeiro ano de mandato de ambos os presidentes, utilizando o software NVivo. Os resultados indicam que a alternância de governo gerou mudanças no vocabulário político, na ênfase temática e no enquadramento discursivo da política externa ambiental brasileira, refletindo a disputa entre projetos ideológicos distintos de inserção internacional.

Palavras-chave: Política externa brasileira; agenda ambiental e climática; mudanças em política externa.

From denial to leadership: Contrasts in the Brazilian Foreign Policy Arguments of Bolsonaro (2019) and Lula (2023) on Climate and the Environment issues

Abstract: Brazilian foreign policy underwent changes in its environmental agenda with the transition from the government of Jair Bolsonaro (2019-2022) to that of Lula da Silva' third term (2023-present). Assuming this change has reoriented the country's international position, this article investigates how the worldviews of the presidents and their respective support coalitions are reflected in official discourse on climate and the environment. The central hypothesis is that changes in the ideological profile of the head of the executive branch and in political alliances affect Brazil's environmental rhetoric and commitments. It performs a content analysis of the speeches delivered in the first year of both presidents' terms, using NVivo software. The results indicate that the change in government led to changes in political vocabulary, thematic emphasis, and the discursive framing of Brazilian environmental foreign policy, reflecting the dispute between different ideological projects of international integration.

Keywords: Brazilian foreign policy; environmental and climate agenda; foreign policy shifts.

De la negación al liderazgo: Contrastes en los argumentos de política exterior brasileña de Bolsonaro (2019) y Lula (2023) sobre cuestiones de clima y medio ambiente

Resumen: La política exterior brasileña ha experimentado cambios en la agenda medioambiental con la transición del gobierno de Jair Bolsonaro (2019-2022) al de Lula da Silva (2023-actualidad). Partiendo de la premisa de que este cambio generó una reorientación en la inserción internacional del país, el artículo investiga cómo las visiones del mundo de los presidentes y sus respectivas coaliciones de apoyo se reflejan en los discursos oficiales sobre el clima y el medio ambiente. La hipótesis central es que los cambios en el perfil ideológico del jefe del Ejecutivo y en las alianzas políticas afectan a la retórica y los compromisos medioambientales de Brasil. Se realiza un análisis de contenido de los discursos pronun-

ciados durante el primer año de mandato de ambos presidentes, utilizando el software NVivo. Los resultados indican que el cambio de gobierno generó cambios en el vocabulario político, el énfasis temático y el marco discursivo de la política exterior ambiental brasileña, lo que refleja la disputa entre distintos proyectos ideológicos de inserción internacional.

Palabras clave: Política exterior brasileña; agenda ambiental y climática; cambios en política exterior.

Recebido em:16/01/2025
Aceito em: 19/02/2026

INTRODUÇÃO

O enfrentamento às crises climática e ambiental figura entre os principais desafios contemporâneos e ocupa posição central na política externa brasileira. Embora a tradição diplomática brasileira tenha consolidado a imagem de continuidade e estabilidade, estudos recentes indicam que inflexões significativas na diplomacia podem emergir da atuação presidencial e das dinâmicas político-ideacionais domésticas. A partir da redemocratização, essas variações tornaram-se mais visíveis, refletindo-se em distintas abordagens por parte dos líderes e em uma crescente atenção acadêmica à formulação da política externa como política pública – marcada por disputas internas, ideias concorrentes e coalizões políticas heterogêneas (Milani; Pinheiro, 2013).

As mudanças mais bruscas na política externa brasileira aconteceram durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) e, posteriormente, ocorrendo outra modificação significativa com o retorno de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-atual) à presidência, com um retorno dos princípios mais consolidados na política externa brasileira anterior ao período de Bolsonaro. Estas mudanças tensionam o discurso de continuidade e a ideia de política externa como política de Estado, ao destacar sua dimensão de política pública[1]. A alternância de poder em regime democrático, em que preferências políticas divergentes afloram, frequentemente agrega ao universo da política externa novos atores, ideias e visões de mundo e, portanto, novas diretrizes, agendas e práticas.

Este artigo visa compreender as mudanças ocorridas na agenda ambiental da política externa brasileira, do governo Bolsonaro ao governo Lula, com foco nos mecanismos que as geraram e na forma como os presidentes as mencionaram em seus discursos do primeiro ano de mandato. Acredita-se que os momentos iniciais de um governo constituem uma janela analítica privilegiada, na qual se projetam sinais inaugurais de orientação internacional relativamente livres de acomodações político-burocráticas. Por esta razão, neste artigo a identificação da política externa de Lula teve como base o primeiro ano de mandato de Lula, comparando-o ao primeiro ano de gestão de Bolsonaro.

Como método, o artigo adotou a política externa comparada, complementada por análise de conteúdo. Como fonte, foram selecionados discursos oficiais na posse presidencial, na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) e nas Conferências das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. Adicionalmente, foram selecionadas matérias de jornais e, no primeiro ano do governo de Lula, artigos de opinião de pesquisadores (Saraiva; Reis, 2023; Hirst, 2023), centrados em temas em que a mudança é evidente.

1 Embora exista a dimensão da política externa como política de Estado, a alternância de governo em ambiente de forte polarização fortalece a dimensão de politics da política externa em detrimento dos objetivos de longo prazo.

Para o governo de Bolsonaro, foram selecionadas obras acadêmicas sobre política e populismo (Casarões; Saraiva, 2023; Casarões; Farias, 2021; Saraiva; Albuquerque, 2022). A codificação adotada foi mista: quantitativa, com foco na frequência das palavras, e qualitativa, com base em eixos comparativos detalhados na quarta seção do trabalho.

A partir da compreensão de que a alternância de governo, em um regime democrático presidencialista, gera forte potencial de mudança nas políticas externas, identificamos, nos casos analisados, como causas das mudanças as ideologias, as visões de mundo e os atores domésticos que sustentam o governo. A hipótese central do artigo é que mudanças no perfil ideológico do chefe do Executivo e nas alianças políticas domésticas impactam diretamente a retórica e os compromissos ambientais do Brasil nas arenas internacionais.

Para dar conta de seu objetivo, além desta introdução, o texto possui mais quatro seções e a conclusão. A segunda seção dedica-se à explicação da área de política externa, com foco na Política Externa Comparada e na concepção de mudança e de ideias na política externa. A terceira seção apresenta os fatores explicativos relacionados às ideias de política externa de ambos os governantes e de seus respectivos apoiadores. Na quarta seção, apresentamos a explicação metodológica da análise de conteúdo aplicada às fontes selecionadas. Na quinta seção, analisamos e comparamos os discursos selecionados dos governos Lula e Bolsonaro, com foco em temas climáticos e ambientais. Ao final, apresentamos nossa conclusão.

COMPARAÇÕES, IDEIAS E MUDANÇAS EM POLÍTICA EXTERNA

A política externa tem natureza particular: agrega características de política de Estado e de política pública e, como tal, está sujeita a dinâmicas domésticas, disputas ideacionais e influência de coalizões de apoio (Milani, 2015). Essa abordagem, característica da Análise de Política Externa (APE), valoriza o papel de líderes, instituições e contextos internos na definição de agendas internacionais, reforçando a importância de observar como atores percebem, interpretam e moldam o ambiente global (Hudson, 2005; Alden; Aran, 2012).

A escolha pela Política Externa Comparada como método para analisarmos as mudanças segue a visão de Sartori (1994), segundo a qual a comparação fornece ao pesquisador a chave para compreender, explicar e interpretar. Sartori (1994) entende que a ideia de comparação é intrínseca ao processo de construção científica, ocorrendo, por vezes, implicitamente. No caso específico deste artigo, a comparação foi desenvolvida explicitamente, como mecanismo de análise e de compreensão de momentos de mudança na política externa brasileira.

Lijphart (1971) destaca o método comparativo como uma estratégia para identificar relações empíricas entre variáveis e avançar na investigação científica. Contudo, Sartori (1994) adverte que as comparações exigem cautela, especialmente na definição dos objetos de estudo.

CC BY NC SA

Ele distingue duas abordagens: sistemas mais semelhantes, nos quais unidades compartilham muitas variáveis, com foco nas poucas que diferem; e sistemas mais diferentes, que, apesar das discrepâncias, compartilham um fenômeno comum, objeto principal da investigação.

Os dois governos aqui comparados pertencem ao mesmo país e são subsequentes, agindo, portanto, dentro do mesmo sistema legal e institucional. No entanto, apresentam grandes divergências em áreas como a ambiental. Se enquadram, portanto, em situações semelhantes na origem com diferenças a serem detectadas (Sartori, 1994).

Embora haja diversos modelos interpretativos sobre mudança em política externa, optamos pela sistematização desenvolvida por Hermann (1990), que tipifica a mudança em um gradiente de quatro tipos: ajuste; mudança de programa ou de estratégia; mudança de metas ou de objetivos; e mudança de inserção internacional. Tanto com a chegada de Bolsonaro ao poder, em 2019, quanto com o retorno de Lula à presidência, em 2023, observam-se mudanças significativas na inserção internacional do Brasil. Enquanto o primeiro promoveu rupturas em relação aos posicionamentos tradicionais da política externa brasileira, o segundo buscou resgatar diretrizes de seus mandatos anteriores e da tradição diplomática nacional (Saraiva; Reis, 2023).

Duas variáveis internas são centrais para explicar essas transformações: a ideologia presidencial e a composição das coalizões domésticas. A primeira refere-se ao nível individual e informa como a liderança percebe o cenário internacional e define as prioridades. Já a segunda opera nos planos estatal e institucional, envolvendo partidos, burocracias, grupos econômicos e a sociedade civil. Nesse sentido, Rodrigues, Urdinez e Oliveira (2019) ressaltam que a alternância de poder pode provocar mudanças na política externa, especialmente quando partidos ascendentes carregam projetos distintos dos anteriores, contando com o respaldo de novos atores sociais e institucionais que pressionam por reorientações na agenda internacional.

A ideia de que as orientações internacionais de um governo são moldadas por sistemas de crenças compartilhados entre líderes e suas coalizões políticas é central neste trabalho. Para Goldstein e Keohane (1993), as ideias funcionam como mapas cognitivos que orientam os atores na interpretação da realidade e na definição de estratégias. Tais ideias podem se manifestar em distintas camadas: crenças de princípio, associadas a valores normativos sobre justiça e legitimidade de um indivíduo ou grupo; crenças causais, que organizam percepções sobre relações de causa e efeito; e visões de mundo mais amplas, enraizadas em contextos culturais e históricos, que estruturam a forma como riscos, oportunidades e identidade nacional são percebidos.

Essas diferentes camadas ajudam a compreender por que governos sustentados por compromissos ideológicos e por bases políticas distintas elaboram diagnósticos contrastantes, ou mesmo excludentes, diante de um mesmo desafio, como a crise climática e ambiental. Enquanto algumas lideranças podem reconhecer o tema como uma urgência global e arti-

cular respostas cooperativas, outras o reconfiguram como uma ameaça à soberania nacional ou sequer o enquadram como prioridade. No caso brasileiro, os governos historicamente se sustentam por meio de coalizões de apoio compostas por diferentes atores, e os presidentes, por sua vez, têm a prerrogativa constitucional de definir a política externa, detendo influência direta sobre sua formulação.

No plano discursivo, essas disputas de sentido tendem a cristalizar-se em momentos de alta visibilidade simbólica, como discursos de posse, pronunciamentos na AGNU ou participações em COPs. Nesses fóruns, os presidentes não apenas anunciam diretrizes e compromissos, mas também constroem narrativas, enquadram ameaças, definem parceiros estratégicos e projetam uma identidade internacional para o Brasil.

FATORES EXPLICATIVOS DA POLÍTICA EXTERNA POPULISTA[2] DE JAIR BOLSONARO E DA POLÍTICA EXTERNA AUTONOMISTA DE LULA III

A transição entre os governos de Bolsonaro e Lula ocorreu em um cenário internacional marcado pelo enfraquecimento do multilateralismo, pelo fortalecimento de lideranças populistas e pelo recrudescimento das tensões geopolíticas, agravadas pela guerra na Ucrânia. Apesar dessa relativa similaridade no ambiente sistêmico, os contextos internos eram contrastantes. Bolsonaro conduziu sua política econômica com base no liberalismo, ao escolher Paulo Guedes para ministro da Economia. Lula assumiu após a pandemia e buscou articular liberalismo e desenvolvimentismo, com foco na redução das desigualdades sociais e na recuperação do protagonismo estatal.

Nesse quadro, a principal inflexão entre os dois governos manifestou-se no plano doméstico, especialmente no tocante às ideias predominantes e às coalizões políticas de apoio a cada presidente. Esses dois elementos, considerados variáveis internas conjunturais na tipologia de Breuning (2007), operam, respectivamente, nos níveis individual (ideologia do líder) e estatal (base política e institucional). Na seção a seguir, esses fatores explicativos serão detalhados, preparando o terreno para a análise discursiva comparada desenvolvida na quarta parte do trabalho.

2 A classificação da política externa de Jair Bolsonaro como populista se baseia nas definições de Guimarães e Silva (2020), Casarões e Saraiva (2021), Casarões e Farias (2021) e Wehner (2022).

Ideias e visões de mundo

Desde os anos 1990, a diplomacia brasileira divide-se em duas correntes de pensamento: institucionalistas e autonomistas (Saraiva, 2010). Os institucionalistas, associados ao Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), previam uma liberalização relativa da economia. No plano internacional, defendiam o apoio aos regimes internacionais da ordem liberal vigente e os percebiam como uma estrutura capaz de beneficiar o país. Os autonomistas preferiam a articulação brasileira com países do Sul Global, emergentes ou de menores recursos, com vistas a equilibrar o poder das potências ocidentais, mas sem confrontos diretos. Essa perspectiva sugeria a adaptação das normas internacionais em favor do Brasil.

Apesar das diferenças entre as correntes, a atuação internacional do Brasil manteve relativa continuidade em objetivos e, muitas vezes, estratégias. Ambas as correntes compartilhavam a preferência por soluções multilaterais, a valorização das organizações internacionais, a defesa da solução pacífica de controvérsias e da não intervenção, além da importância da eficiência e da tradição diplomática brasileira.

A política externa de Bolsonaro não seguiu nenhuma destas duas correntes. Teve como mapa cognitivo ideias como o "antiglobalismo" e o conservadorismo, rompendo com a prevalência do pragmatismo[3] e a imagem cooperativa do Brasil a nível internacional. Casarões e Saraiva (2021) destacam o nacionalismo religioso, o anticomunismo e o "antiglobalismo" como o cimento ideológico da política bolsonarista.

O nacionalismo religioso, conforme Casarões (2020), caracteriza-se por condicionar o pertencimento do indivíduo a uma determinada sociedade à escolha de uma religião ou crença específica. Na política externa, atém-se a preceitos morais, condenando visões de mundo contrárias, em uma lógica confrontativa. A narrativa do conservadorismo de costumes, que se reporta a um Ocidente idealizado, informou a defesa de valores como a família e a vida desde a gestação pela política externa brasileira, o que agradou lideranças conservadoras cristãs apoiadoras de Bolsonaro (Belém Lopes; Carvalho, 2020).

Do mesmo modo, o anticomunismo funcionou como recurso estratégico para mobilizar a militância bolsonarista e atender aos interesses de grupos domésticos específicos. Em seu discurso na AGNU, por exemplo, Bolsonaro caracteriza o Foro de São Paulo como organização criminosa, em uma espécie de cruzada contra o "marxismo cultural" global e governos de esquerda, como Cuba e Venezuela (Casarões; Saraiva, 2021).

Já o "antiglobalismo", nos termos de Araújo (2017), afirma que a civilização ocidental está ameaçada por projetos de poder conduzidos pelo aparato burocrático de instituições

3 Em consonância com a definição de Gardini (2011) de política externa pragmática.

multilaterais. Essa burocracia, segundo o chanceler de Bolsonaro, representaria uma elite internacional avessa aos valores nacionais. Assim sendo, Araújo (2019) defendia o engajamento do Brasil no combate ao "globalismo", com o intuito de proteger também os "valores ocidentais" tradicionais.

Em matéria ambiental, esse "antiglobalismo" se expressou no "anticlimatismo", segundo o qual países e líderes estrangeiros fariam uso alarmista da mudança climática para perseguir objetivos políticos e minar a soberania de Estados como o Brasil (Orte, 2019). Na ótica de Araújo (2019, s.p.), o "climatismo" pretende acabar com "o debate democrático político normal", ao legitimar medidas excepcionais que incluem a invasão a países, por razões ambientais, e a imposição de um "controle socialista da economia".

Compreendidos como instrumentos de dominação geopolítica, os temas ambientais foram vistos com desconfiança ou rejeição pelo governo Bolsonaro, o qual teve Ricardo Salles na chefia da pasta de Meio Ambiente, entre 2019 e 2021. Salles teve uma gestão polêmica, marcada pela defesa da flexibilização das normas ambientais. Sua saída do Ministério ocorreu após ser investigado pela Polícia Federal por suspeita de facilitação de esquema internacional de exportação ilegal de madeira (Franco; Miguel, 2022).

A ascensão de Lula redefiniu o mapa cognitivo e a visão de mundo do *policymaking* da política externa. Lula colocou expoentes da corrente autonomista nos principais cargos, como o ex-chanceler Celso Amorim, hoje assessor da presidência em assuntos internacionais. Para os autonomistas, a construção de uma liderança brasileira na região fortalece um bloco de poder capaz de impulsionar o Brasil como potência global. No campo econômico, tal grupo alinha-se às ideias desenvolvimentistas (Saraiva, 2010).

Somada à visão dos autonomistas, a tradição internacionalista do Partido dos Trabalhadores (PT)[4] é marcada pela defesa de uma política externa voltada à América Latina e à integração regional. A contribuição do país para a diminuição das tensões internacionais e a construção de um mundo mais equilibrado também compõem tal repertório (Saraiva, 2010). Além de ter estruturado seu mapa cognitivo a partir dessas duas vertentes, o presidente Lula demonstra preocupação particular com o combate à fome e à pobreza no mundo[5].

Nas gestões anteriores de Lula, a agenda ambiental foi marcada por avanços e ambivalências. Entre 2004 e 2010, o Brasil reduziu em 55% suas emissões de gases de efeito estufa, consolidando sua transição de um país com altas taxas de desmatamento para referência no controle de emissões e em políticas climáticas entre os países em desenvolvimento (Viola;

4 Sobre o PT e a política externa do primeiro mandato de Lula ver Saraiva (2010).

5 Cabe destacar que o Brasil foi o indutor da criação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza no G20 em 2024, saiu do Mapa da Fome em 2025, e, como explica Gomes (2016), o combate à fome no mundo é uma ideia já presente nos discursos de Lula antes de seu primeiro mandato.

Franchini, 2022). Em 2009, foi sancionada a lei que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima, que incluiu o compromisso voluntário de mitigação apresentado pelo Brasil na COP 15. Esse marco destacou o protagonismo ambiental dos governos de Lula.

Por outro lado, Viola e Franchini (2022, p. 153) destacam ações do período que impactaram negativamente a intensidade de carbono da economia brasileira: o apoio governamental à expansão de empresas petrolíferas, o aumento de subsídios aos preços da gasolina, a expansão subsidiada da frota de automóveis e os alívios concedidos ao setor manufatureiro, sem condicionalidades de eficiência energética.

Ao renomear a ambientalista Marina da Silva à ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima em seu terceiro mandato, Lula deu mostras do desejo de recuperar as credenciais brasileiras no tema. Outra sinalização de contraste com a gestão de Bolsonaro foi a criação do Ministério dos Povos Indígenas. Em 100 dias de governo em 2023, Lula buscou não só reconstruir a arquitetura estatal erodida pelo governo anterior, incluindo instâncias de participação social, mas transversalizar a agenda climática entre as distintas pastas ministeriais (Oliveira, 2023).

Atores do processo decisório e base de apoio do presidente

O mandato de Bolsonaro refletiu uma mudança nas forças políticas internas, com impacto no processo decisório. O governo aglutinou diferentes setores, que buscavam influenciar a agenda de política externa. A articulação entre eles, no entanto, era instável e se deu apenas em torno da figura presidencial e das expectativas em relação à nova administração. Essa divisão de grupos repercutiu na política externa e no processo de policymaking (Saraiva; Albuquerque, 2022).

O novo ideário da política externa bolsonarista veio acompanhado do esvaziamento da corporação diplomática, identificada pelo novo governo como propagadora do "globalismo" (Pinheiro; Santos, 2022). O desmonte do Itamaraty e de sua burocracia foi condição necessária para mudanças tanto na política externa quanto no processo decisório, o que abalou os alicerces institucionais do Ministério e comprometeu suas capacidades (idem, p.7).

Com a chancelaria sofrendo desestruturação, a formulação e a implementação de política externa ficaram sujeitas à competição entre burocracias, personalidades e grupos autônomos com influência sobre o governo (Saraiva; Albuquerque, 2022). Ou seja, conforme o Itamaraty deixava de canalizar interesses segmentados da política externa, uma de suas funções centrais, abria-se espaço para que grupos apoiadores do presidente buscassem influir na agenda diplomática e instrumentalizar temas internacionais na arena doméstica.

A base de apoio ao governo e a perspectiva de atender às suas demandas influenciaram as ações externas do período. Entre os grupos que a compuseram, destacavam-se os evangélicos, defensores de uma política externa conservadora, impactando votos em fóruns como o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU); exportadores de commodities, interessados em boas relações com países árabes e China, com forte influência no Ministério da Agricultura; e os liberais, no Ministério da Economia, que defendiam acordos de livre comércio e a adesão do Brasil à OCDE (Saraiva; Albuquerque, 2022).

Na arena ambiental, o agronegócio assumia papel central, ainda que de forma não homogênea: enquanto parcelas do setor defendiam a conformidade às normas internacionais de proteção ambiental, visando à competitividade externa (Gonçalves; Madureira, 2023), outras convergiam, no plano político e narrativo, com um complexo agro extrativo mais amplo, associado à grilagem de terras, ao garimpo e a segmentos da exploração madeireira. O peso político desses atores, bem como suas conexões no Congresso Nacional, dificultava o desempenho do Brasil em negociações climáticas e ambientais. Somavam-se a esse quadro grupos antiglobalistas e negacionistas, que repudiavam as organizações multilaterais e foram responsáveis pela aproximação do Brasil a outros governos de extrema direita (Saraiva; Albuquerque, 2022).

Dada a pluralidade de atores com poder de barganha e capacidade de exercer influência, a condução da política externa do período Bolsonaro provocou divergências, reações e acomodações de diferentes intensidades no âmbito doméstico (Saraiva; Silva, 2019), o que representou a politização da política externa e ruídos na imagem internacional do Brasil. As parcerias externas do país foram reconfiguradas conforme preferência do presidente Bolsonaro por governos e líderes específicos, em vez de Estados, o que impactou as dimensões bilaterais, regionais e multilaterais das relações exteriores do país.

Na área de meio ambiente e clima, Bolsonaro implementou uma política interna que fragilizou órgãos de proteção ambiental (Viola; Franchini, 2022). Em seu primeiro ano de governo, o desmatamento na Amazônia registrou aumento de 85% (Human Rights Watch, 2020). Durante a campanha eleitoral, Bolsonaro chegou a sinalizar que retiraria o Brasil do Acordo de Paris (Agência Brasil, 2018a), ideia que declinou ao assumir o governo, devido aos custos a pagar. De toda forma, retirou a candidatura brasileira para sediar a COP 25 em 2019 (Agência Brasil, 2018b).

Nas relações bilaterais, o desempenho ambiental do governo gerou tensões com parceiros tradicionais. O principal conflito ocorreu com a França, após o presidente Emmanuel Macron criticar o aumento do desmatamento e das queimadas na Amazônia no G7. Em resposta, Bolsonaro proferiu ataques pessoais, intensificando o embate (BBC, 2019). Noruega e Alemanha congelaram repasses ao Fundo Amazônia, em reação a mudanças que buscavam reduzir o papel da sociedade civil no processo decisório do Fundo (Andrade, 2019).

CC BY NC SA

A partir de 2021, a política externa bolsonarista passou por mudanças com o chanceler Carlos França, outro embaixador de carreira, à frente do Itamaraty. Ele buscou reduzir atritos com parceiros tradicionais, resgatar a centralidade do ministério e trazer previsibilidade ao comportamento externo do Brasil, enfraquecendo o "antiglobalismo" e o conservadorismo nos discursos oficiais. A política externa, no entanto, permaneceu ambígua, marcada pela inércia e com baixo perfil até as eleições presidenciais.

Quanto ao governo Lula, as mudanças na política externa brasileira modificando as perspectivas de Bolsonaro que tinham sido implementadas, podem ser atribuídas à influência do presidente na sua formulação, em articulação com integrantes de sua equipe, principalmente Celso Amorim; o reforço dado ao Itamaraty; além de outros atores relevantes, como o PT e seus apoiadores no Poder Legislativo e na sociedade civil.

A base de apoio do governo Lula é composta pelo PT (que tem uma visão estruturada de política externa brasileira), movimentos sociais e segmentos progressistas da sociedade civil, que foram relevantes em mandatos anteriores. Entre os atores econômicos, a Confederação Nacional da Indústria, embora neutra na eleição, procurou dialogar com o novo governo. A FIESP, por sua vez, demonstrou apoio à reindustrialização e ao papel do BNDES na indução do desenvolvimento nacional (Botão, 2023).

Em matéria ambiental, o apoio de Marina Silva tornou o programa de governo de Lula "o mais verde" entre os presidenciáveis de 2022, ao ampliar os compromissos socioambientais do petista de três para 13, com destaque para o desmatamento zero (Observatório do Clima, 2022). Em contraste com decretos de Bolsonaro que enfraqueceram ou extinguiram a participação social em conselhos ambientais (Manzano, 2020), a gestão Lula buscou restabelecer esse diálogo, iniciado ainda no Gabinete de Transição Governamental (2022), cujo relatório indica a contribuição da sociedade civil com propostas e análises ao Grupo de Trabalho de Meio Ambiente, entre outros.

Nesse sentido, é possível afirmar que Lula iniciou seu mandato com o apoio da sociedade civil e de movimentos ambientalistas antes hostilizados pela gestão Bolsonaro. Durante sua agenda oficial na COP 28 de 2023, realizada em Dubai, Lula reuniu-se com 135 organismos da sociedade civil, representados por porta-vozes dos povos indígenas e quilombolas, da juventude brasileira e da comunidade científica (Agência Brasil, 2023). Esses mesmos atores, todavia, acompanham as contradições que a nova gestão passou a apresentar na área energética, haja vista a agregação do Brasil à OPEP+ e a intencionada exploração de petróleo no Foz do Amazonas pela Petrobras (Anjos, 2023).

Fruto da alteração de forças políticas apoiadoras do presidente, que compuseram sua equipe, e dos atores com influência sobre a política externa, como o PT e seus aliados no Legislativo e na sociedade civil, o retorno de Lula à presidência levou a uma mudança de inserção

internacional do país (Saraiva; Reis, 2023). Significou, também, a volta da corrente autonomista aos principais cargos do Itamaraty.

Com foco na revisão da ordem internacional e no ativismo brasileiro, Lula buscou recolocar o Brasil nos grandes temas globais. Como uma potência em ascensão, o país deveria demonstrar, novamente, interesse em discussões para além de seus objetivos imediatos. As propostas de reforma da ONU, especialmente do Conselho de Segurança, retornaram à agenda de política externa.

Desde sua posse, Lula resgatou princípios que marcaram seus primeiros mandatos. O Itamaraty orientou a mudança de votos da delegação brasileira no Conselho de Direitos Humanos da ONU; retomou as negociações sobre meio ambiente com base nas credenciais brasileiras; e reaproximou politicamente o Brasil da China, superando atritos criados na gestão Bolsonaro. No G20 e sem antagonismos com os Estados Unidos de Biden e os países europeus, o governo Lula defendeu a estruturação de uma governança global que combatesse a fome e as limitações dos países mais pobres (Cravo, 2023).

Em matéria ambiental, Lula reaproximou a posição brasileira de parceiros externos. Internamente, implementou uma política de proteção ambiental e recompôs o Fundo Amazônia com recursos da Alemanha, Noruega e outros parceiros. Ainda em 2022, Lula participou da COP 27 como presidente eleito, defendendo uma estrutura de governança global para enfrentar a mudança climática. Na COP 28, em 2023, citou a desigualdade climática e cobrou compromisso dos líderes internacionais. Lançada a candidatura, o país garantiu a realização da COP 30, em 2025, em Belém do Pará.

ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise de conteúdo é um método interpretativo que visa extrair significados de textos, sejam escritos ou orais, com o objetivo de compreendê-los em profundidade. Tal abordagem permite desconstruir o texto por meio da codificação de categorias, da análise de frequências e de inferências baseadas em critérios definidos pelo(a) pesquisador(a). Neste estudo, foram selecionadas três modalidades discursivas por governo, todas proferidas no primeiro ano de mandato: o discurso de posse, o discurso de abertura da AGNU e o discurso brasileiro nas COPs da Convenção do Clima. Embora o pronunciamento do Brasil na COP 25, durante o governo Bolsonaro, tenha sido feito por seu ministro do Meio Ambiente, a decisão de delegar a fala é entendida como parte da postura governamental e, por isso, o discurso foi incluído no corpus analisado.

A análise de conteúdo foi realizada em duas frentes articuladas: quantitativa e qualitativa. No plano quantitativo, utilizamos o software NVivo para contabilizar os cinco termos mais

recorrentes em cada discurso, independentemente de sua vinculação temática, a fim de captar os vocábulos centrais mobilizados por cada governo e mapear as prioridades discursivas gerais de cada momento. A partir disso, geramos nuvens de palavras.

Após, executamos uma busca de frequência com base em comando booleano, rastreando os seguintes termos do campo ambiental e variações: clima OR climático OR ambiental OR Amazônia OR amazônico OR sustentável OR sustentabilidade OR indígena OR indígenas OR carbono OR descarbonização OR emissões OR justiça OR justiça climática OR cooperação OR multilateralismo OR soberania OR NDC OR desmatamento OR floresta OR bioma OR desenvolvimento sustentável.

No plano qualitativo, a análise interpretativa culminou em tabelas comparativas dos discursos proferidos em formalidades equivalentes, com base em três eixos: 1) a presença (ou não) das palavras do campo ambiental selecionadas para análise; 2) a postura do Brasil na governança climática e ambiental, ponto que, nos discursos de posse presidencial, foi substituído por propostas mais amplas para as relações internacionais do país; 3) e os objetivos brasileiros anunciados em matéria de clima e meio ambiente e/ou ações concretas implementadas.

Quando pertinente, complementamos tais tabelas com um quarto elemento, referente a particularidades identificadas nos discursos. Entre essas particularidades, destaca-se o tratamento dispensado pelos governos Bolsonaro e Lula aos povos originários, nos discursos examinados.

As três modalidades discursivas foram analisadas separadamente para respeitar suas especificidades retóricas e institucionais: o discurso de posse revela prioridades e valores centrais dos novos governos; a fala na AGNU projeta a identidade nacional diante do sistema internacional; e o discurso da COP posiciona o Brasil no principal fórum global sobre mudanças climáticas. Essa distinção possibilitou observar como as ideias e coalizões de apoio se expressam em contextos diferentes de fala, reforçando ou ajustando os enquadramentos ambientais de cada governo.

COMPARANDO OS DISCURSOS

Analisando comparativamente os discursos selecionados, utilizamos o software NVivo para contabilizar os termos mais recorrentes[6] e rastrear a presença de vocábulos relacionados à agenda ambiental e climática. O objetivo foi mapear padrões lexicais e avaliar a centralidade atribuída ao tema por cada presidente em diferentes contextos discursivos.

6 Elementos como conectivos, artigos, preposições e advérbios foram excluídos na produção das nuvens de palavras e na análise de frequência, com o objetivo de priorizar termos mais relevantes para a análise.

No discurso de posse de Bolsonaro, não foi identificada nenhuma menção aos termos previamente definidos para rastreamento, o que indica a ausência total de referências ambientais em sua apresentação inicial como chefe de Estado. O mais próximo disso foi menção às riquezas naturais do país, conforme tal trecho: "Temos recursos minerais abundantes, terras férteis abençoadas por Deus e por um povo maravilhoso" (Bolsonaro, 2019a).

Nos termos do ex-presidente, sua posse marcou "o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto". Em relação à política externa, Bolsonaro restringiu-se à proposta de "retirar o viés ideológico" das relações internacionais do país (Bolsonaro, 2019a). As cinco palavras mais citadas por Bolsonaro foram: Brasil (10 vezes), Deus (7 vezes), brasileiro(s) (6 vezes), Nação (5 vezes) e Governo (5 vezes).

Figura 1: Nuvem de palavras elaborada pelas autoras desde o discurso de posse de Jair Bolsonaro, utilizando o NVivo.



Fonte: elaboração própria

No discurso de posse de Lula, foram citados alguns dos termos selecionados para análise, como Mudanças Climáticas (2 vezes), Amazônia (2 vezes), Sustentabilidade (1 vez), Sustentável (1 vez) e Desmatamento (1 vez). Outras palavras que podemos destacar são Povos Indígenas (2 vezes) e Biomas (1 vez). As mudanças climáticas foram mencionadas tanto em relação aos feitos de suas gestões passadas quanto em projeções de futuro – ambos os casos seguidos de passagens relacionadas às relações externas do país.

O presidente frisou que o Brasil "consolidou-se como referência mundial no combate à desigualdade e à fome e passou a ser internacionalmente respeitado pela sua política externa, ativa e altiva". Quanto ao novo mandato, Lula (2023a) expressou ser "hora de trazer investimentos e reindustrializar" o país, "combater outras vezes as mudanças climáticas" e "acabar de uma vez por todas" com a devastação dos biomas brasileiros, sobretudo da Amazônia. O presidente destacou, como desafio comum, "a criação de um país justo, inclusivo, sustentável e criativo".

Lula mencionou os povos indígenas após a repercussão internacional das dificuldades enfrentadas por esses grupos nos anos de Bolsonaro. Segundo Lula (2023a), os povos indígenas precisam ter terras demarcadas e livres de ameaças de atividades econômicas ilegais e predatórias, além de sua cultura preservada e dignidade respeitada. Entre as particularidades do discurso, destacamos 19 menções ao termo Desigualdade e outras nove à palavra Fome. O presidente eleito chegou a caracterizar a fome como "filha da desigualdade".

A seguir, é possível observar a nuvem de palavras obtida a partir do discurso. As cinco palavras mais citadas foram: Brasileiro (26 vezes), País (26 vezes), Povo (23 vezes), Brasil (23 vezes) e Desigualdade (19 vezes).

Figura 2: Nuvem de palavras elaborada pelas autoras a partir do discurso de posse de Lula.



Fonte: elaboração própria

No discurso de posse de Bolsonaro foram proferidas 832 palavras, sendo relativamente curto em comparação ao de seu sucessor, com 2.899 palavras, com mais do que o triplo de termos. Abaixo, consta quadro comparativo dos discursos de Bolsonaro e Lula em suas respectivas cerimônias de recebimento da faixa presidencial, em 2019 e 2023:

Quadro 1: Comparação esquematizada dos discursos de posse de Bolsonaro e Lula.

Eixos comparativos	Discurso Bolsonaro (2019a)	Discurso Lula (2023a)
Palavras rastreadas quanto a clima e meio ambiente	Ausente.	Mudanças Climáticas (2 vezes), Amazônia (2 vezes), Sustentabilidade (1 vez), Sustentável (1 vez) e Desmatamento (1 vez). Outros destaques: Povos Indígenas (2 vezes) e Biomas (1 vez).
Propostas para as relações internacionais do país	Retirar "o viés ideológico" das relações internacionais do país.	Romper com o isolamento internacional e voltar a se relacionar com todos os países do mundo. Menção ao prestígio internacional adquirido pelo Brasil devido aos esforços de enfrentamento à fome e à pobreza e à sua política externa "ativa e altiva".
Objetivos anunciados sobre clima e meio ambiente e/ou ações concretas.	Ausente.	Combater as mudanças climáticas e interromper a "devastação" dos biomas nacionais, sobretudo da Amazônia.
Particularidades do discurso	Forte menção a Deus. Defesa da família e do combate ao "socialismo" e ao "politicamente correto". Ideário de restauração da "ordem" no país.	Forte preocupação com o enfrentamento à fome e às múltiplas desigualdades (raciais, de gênero e classe). Defesa da solidariedade e de valores democráticos.Ideário de união e "reconstrução" do Brasil.Valorização dos povos originários.

Fonte: Produção das autoras com base em Bolsonaro (2019a) e Lula (2023a).

Outro discurso analisado foi o proferido por Bolsonaro na 74ª AGNU, em 24 de setembro de 2019, no início de seu mandato. Ele citou alguns termos selecionados: Amazônia (6 vezes), Meio Ambiente (2 vezes), Desenvolvimento Sustentável (1 vez) e Crime Ambiental (1 vez). Destacamos também a menção ao termo Queimadas (2 vezes), Indígena (4 vezes) e vocábulos questionáveis, como Índio (6 vezes).

Bolsonaro (2019b) defendeu o compromisso de sua gestão com a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, em benefício do país e do mundo. Como argumento, destacou que o Brasil é "um dos países que mais protegem o meio ambiente" e que a Amazônia "é maior que toda a Europa Ocidental e permanece praticamente intocada". Sem

BY NC SA

assumir responsabilidade pelas queimadas em território brasileiro, ele as atribuiu a causas naturais e culturais, como o manejo de fogo por "índios e populações locais".

Em sequência, o mandatário criticou ataques "sensacionalistas" quanto à situação ambiental brasileira e "falácias" envolvendo a Floresta Amazônica:

> (...) os ataques sensacionalistas que sofremos por grande parte da mídia internacional devido aos focos de incêndio na Amazônia despertaram nosso sentimento patriótico.
> É uma falácia dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade e um equívoco, como atestam os cientistas, afirmar que a nossa floresta é o pulmão do mundo.
> (...) Questionaram aquilo que nos é mais sagrado: a nossa soberania! (Bolsonaro, 2019b).

Bolsonaro (2019b) afirmou que 14% do território brasileiro é demarcado como terra indígena e que essa porcentagem não seria ampliada, "como alguns chefes de Estado gostariam que acontecesse". Segundo ele, o "índio não quer ser latifundiário pobre em cima de terras ricas", referindo-se a áreas como as reservas Ianomâmi e Raposa Serra do Sol, descritas como "as terras mais ricas do mundo", detentoras de "ouro, diamante, urânio, nióbio e terras raras". Para Bolsonaro (2019b), as críticas ao Brasil vinham de atores interessados não no "ser humano índio", mas nas riquezas minerais e na biodiversidade dessas áreas.

Bolsonaro (2019b) repudiou "tentativas de instrumentalizar a questão ambiental ou a política indigenista, em prol de interesses políticos e econômicos externos, em especial os disfarçados de boas intenções". Defendeu que "qualquer iniciativa de ajuda ou apoio à preservação da Floresta Amazônica, ou de outros biomas, deve ser tratada em pleno respeito à soberania brasileira" e acusou governos estrangeiros de usar "índios brasileiros como peça de manobra" para avançar interesses próprios.

Após incentivar a audiência a viajar ao país para comprovar a integridade da Amazônia, o então presidente efetivamente negou o problema do fogo na região, culpando a mídia por divulgar "mentiras". Apesar da postura negacionista, Bolsonaro (2019b) pautou que a "busca pela verdade", citando versículo bíblico, deveria nortear domínios que incluem o do clima. Ainda, teceu crítica ao "globalismo", diante de uma suposta diluição das soberanias nacionais em prol de interesses globais.

A seguir, consta a nuvem de palavras obtida do discurso de Bolsonaro na AGNU. As palavras mais citadas foram: Brasil (32 vezes), Países (13 vezes) / País (12 vezes), Mundo (11 vezes), Governo (10 vezes) e Liberdade (10 vezes).

Figura 3: Nuvem de palavras elaborada pelas autoras desde o discurso de Jair Bolsonaro na AGNU.



Fonte: elaboração própria

Em 19 de setembro de 2023, Lula discursou na 78ª AGNU, abordando todos os vocábulos eleitos para rastreio, com exceção de Descarbonização. Destacaram-se Sustentável (6 vezes), em três menções a Desenvolvimento Sustentável; Amazônia (4 vezes) e Climática (3 vezes), associada a Crise Climática (2 vezes) e Emergência Climática (1 vez). O adjetivo Amazônica foi citado 2 vezes, assim como Mudança do Clima. O radical derivado[7] "Ambiental" apareceu em Ambientalmente (1 vez) e Crimes Ambientais (1 vez). Outros termos mencionados uma vez incluem Desmatamento, Transição Energética, Renováveis, Emissões e Acordo de Paris.

O mandatário afirmou que 20 anos antes, ao discursar na AGNU como presidente pela primeira vez, "o mundo não havia se dado conta da gravidade da crise climática", que hoje "bate às nossas portas, destrói nossas casas, nossas cidades, nossos países, mata e impõe perdas e sofrimentos a nossos irmãos, sobretudo os mais pobres" (Lula da Silva, 2023b). Lula centralizou as mudanças climáticas, entendendo que seu enfrentamento implica "pensar no amanhã" e endereça desigualdades entre distintas classes sociais e países.

7 A palavra ambiental é um radical derivado, incluindo o radical ou raiz "ambi" e "al", construindo o adjetivo "ambiental" que pode funcionar como base para sufixos adicionais, produzindo palavras como ambientalista.

Lula (2023b) abordou a clivagem Norte-Sul, ao destacar o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e o fato de as populações do Sul Global constarem entre "as mais afetadas" pela crise climática. Ele não só salientou que os países ricos se desenvolveram com base em um modelo econômico nocivo ao clima, como também apontou que os 10% mais ricos da população mundial são responsáveis por quase metade das emissões globais de carbono.

Em seguida, Lula defendeu que os países em desenvolvimento não desejam repetir tal modelo poluidor e que o Brasil já provou, e está disposto a ratificar, que um "modelo socialmente justo e ambientalmente sustentável é possível". As vantagens energéticas do país e os esforços ambientais implementados por sua terceira gestão foram, assim, enumerados:

> Estamos na vanguarda da transição energética (...). 87% da nossa energia elétrica provém de fontes limpas e renováveis. A geração de energia solar, eólica, biomassa, etanol e biodiesel cresce a cada ano. É enorme o potencial de produção de hidrogênio verde. (...) Retomamos uma robusta e renovada agenda amazônica, com ações de fiscalização e combate a crimes ambientais. Ao longo dos últimos oito meses, o desmatamento na Amazônia brasileira já foi reduzido em 48% (Lula da Silva, 2023b).

Neste momento do discurso, o termo "Soberania" foi mobilizado em relação à questão amazônica, porém sob um viés distinto do adotado por Bolsonaro. Lula (2023b) buscou enfatizar a articulação regional com vizinhos sul-americanos: "Somos 50 milhões de sul-americanos amazônidas, cujo futuro depende da ação decisiva e coordenada dos países que detêm soberania sobre os territórios da região".

Após citar articulação com países africanos e asiáticos com florestas tropicais, Lula apontou a necessidade de mobilizar recursos financeiros e tecnológicos em prol do Acordo de Paris e do Marco Global da Biodiversidade. Em tom crítico, o mandatário expressou que a "promessa de destinar 100 bilhões de dólares" anualmente para países em desenvolvimento permanece apenas "uma promessa", alertando para a insuficiência desse valor (Lula da Silva, 2023b).

Para ele, a ONU precisa "cumprir seu papel de construtora de um mundo mais justo, solidário e fraterno", mas "só o fará se seus membros tiverem a coragem de proclamar sua indignação com a desigualdade e trabalhar incansavelmente para superá-la". Lula (2023b) declarou que sua presidência "vai articular inclusão social e combate à fome; desenvolvimento sustentável e reforma das instituições de governança global"; e o compromisso com a implementação, integrada e indivisível, dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A seguir, é possível observar a nuvem de palavras obtida a partir do discurso de Lula na AGNU. As palavras mais citadas foram: Países (15 vezes), Desigualdade (14 vezes), Mundo (11 vezes), ONU (9 vezes), Estado, Brasil e Desenvolvimento (8 vezes cada uma dessas palavras).

CC BY NC SA

Figura 4: Nuvem de palavras elaborada pelas autoras desde o discurso de Lula na AGNU.



Fonte: elaboração própria

O discurso de Bolsonaro (2019b) na 74ª AGNU teve 2.786 palavras, enquanto o de Lula, na 78ª AGNU, somou 2.259 palavras. Embora ambos sejam extensos, o de Bolsonaro excedeu em mais de 500 palavras. O quadro a seguir compara os dois discursos.

Quadro 2: Comparação esquematizada dos discursos de Bolsonaro e Lula na AGNU.

Palavras rastreadas quanto a clima e ao meio ambiente	Menção a termos como Amazônia (6 vezes), Meio Ambiente (2 vezes), Desenvolvimento Sustentável (1 vez) e Crime Ambiental (1 vez).	Mudanças Climáticas (2 vezes), Amazônia (2 vezes), Sustentabilidade (1 vez), Sustentável (1 vez) e Desmatamento (1 vez). Outros destaques: Povos Indígenas (2 vezes) e Biomas (1 vez).
Papel do Brasil na governança climática e ambiental	País alvo da cobiça internacional e de campanhas desinformativas sobre a Amazônia. Tom defensivo e de confrontação com atores críticos à sua gestão ambiental. Afirmação da soberania nacional.	País assumiu papel de liderança. Proposta de articular inclusão social e combate à fome; desenvolvimento sustentável; e reforma das instituições de governança global.Críticas às desigualdades Norte-Sul e às inoperâncias do multilateralismo. Aposta nas ações coletivas frente à emergência ambiental e climática.

contínua

Objetivos anunciados em matéria de clima e meio ambiente e/ou ações concretas implementadas	Nenhum objetivo específico é anunciado.Afirmação da política de "tolerância zero" com a criminalidade, o que inclui crimes ambientais.	Ações concretas e logros mencionados: Plano de Transformação Ecológica; redução de 48% no desmatamento na Amazônia nos oito meses anteriores; fortalecimento da fiscalização e combate a crimes ambientais; realização da Cúpula de Belém e renovação da cooperação pan-amazônica; e articulação do Brasil com outros países de floresta tropical, na África e na Ásia. Comprometimento brasileiro com os 17 ODS.
Particularidades do discurso	Crítica contundente a regimes socialistas e ao "globalismo". Postura confrontativa quanto à questão indígena: contra ampliação de terras indígenas, influências externas e ONGs. Contestação e deslegitimação de lideranças indígenas. Defesa da exploração das terras indígenas e integração ao modelo produtivo	Ênfase na redução de desigualdades e revitalização do multilateralismo: "Quando as instituições reproduzem as desigualdades, elas fazem parte do problema, e não da solução". Menção à luta contra a desinformação e os crimes cibernéticos. Mensagem pacifista e favorável ao diálogo como base para solução de guerras e conflitos.Conexão entre desenvolvimento e conflitos:"Estabilidade e segurança não serão alcançadas onde há exclusão social e desigualdade"..

Fonte: Produção das autoras com base em Bolsonaro (2019b) e Lula (2023b).

Os últimos discursos comparados são os da delegação brasileira junto às COPs ocorridas nos primeiros anos de mandato de Bolsonaro e Lula, respectivamente, em 2019 e 2023. Bolsonaro optou por não comparecer à COP 25, de Madrid, na qual discursou seu Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, figura partidária do enfraquecimento das normas ambientais e de um modelo predatório de desenvolvimento. Neste discurso, encontramos a seguinte frequência de termos norteadores da análise: Emissões (4 vezes), Mudança(s) do Clima (3 vezes), Amazônica (3 vezes), Ambientais (2 vezes, em Legislações Ambientais e Problemas Ambientais Urbanos), Desenvolvimento sustentável (1 vez) e Renováveis (1 vez).

Em breve exposição, Salles (2019) adotou postura defensiva ao destacar que representava um país "com mais de 60% de sua vegetação nativa preservada e 80% de sua floresta amazônica intacta", amparado pela "mais restritiva das legislações ambientais". Incitando críticos do governo Bolsonaro, também ressaltou que 84% da matriz elétrica brasileira é composta por fontes renováveis de energia, enquanto muitos países permanecem dependentes do carvão, com o qual abastecem "seus simbólicos carros elétricos".

Salles (2019) também ressaltou que o Brasil responde por "menos de 3% das emissões globais" e enfatizou sua contribuição histórica para iniciativas multilaterais, incluindo a redução de emissões por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto. Em busca de recursos para o Brasil, ele atentou para a transição adequada dos créditos e projetos de carbono do MDL rumo à implementação do Artigo 6 do Acordo de Paris.

O foco esteve no financiamento e na cobrança de avanços nas tratativas do Artigo 6, que prevê mecanismos de cooperação entre países para cumprir metas climáticas[8]. As lacunas quanto à mitigação e ao financiamento, segundo Salles (2019), deveriam ser observadas sobretudo pelos países desenvolvidos, que possuem "responsabilidades históricas pelas emissões globais e pelo desmatamento nos séculos anteriores". Ele afirmou ser preciso "ir além de palavras bonitas e fornecer os recursos capazes de atender efetivamente às necessidades dos países em desenvolvimento".

A seguir, é possível observar a nuvem de palavras obtida a partir do discurso de Salles na COP 25. As palavras mais citadas foram: COP (5 vezes), Brasil (5 vezes), Países (5 vezes), Desenvolvimento (4 vezes) e Emissões (4 vezes). Os termos Clima, Amazônica, Milhões e Acordo foram mencionados três vezes cada.

Figura 5: Nuvem de palavras elaborada pelas autoras a partir do discurso de Salles na COP 25.



Fonte: elaboração própria

8 Tal dispositivo permite o comércio internacional de créditos de carbono, promove abordagens não-mercadológicas para apoio à mitigação e adaptação e cria o Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável, substituto do MDL (CNI, 2023).

Em 2023, no primeiro ano da gestão de Lula, o Brasil participou da COP 28 em Dubai, visando resgatar a credibilidade do país na seara climática, com grande ativismo do presidente. Lula discursou três vezes no evento: na Primeira Sessão do Segmento de Alto Nível para Chefes de Estado e de Governo; na Sessão de Abertura da Presidência da COP 28; e na Cúpula do G77, realizada no local.

O discurso eleito para análise foi o primeiro, dirigido a chefes de Estado e Governo, devido ao seu caráter técnico. Nele, rastreamos a frequência das seguintes palavras: Amazônia (5 vezes), Emissões (2 vezes), Acordo de Paris (2 vezes), Amazônida (1 vez) e Mudança do Clima (1 vez). O adjetivo Climática apareceu quatro vezes, associado a expressões variadas, como Neutralidade Climática, Justiça Climática, Ação Climática e Emergência Climática.

O mandatário brasileiro assumiu a grande responsabilidade de estar em Dubai, na COP dedicada a realizar "o primeiro balanço global do Acordo de Paris". Em sua leitura, na COP 30, no Pará, os países teriam suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) reformuladas[9]. O tom da fala de Lula (2023c) é de alerta e cobrança, já que o "último do IPCC é categórico sobre o perigo de um aumento na temperatura global superior a um grau e meio".

Segundo Lula (2023c), as NDCs não estariam sendo implementadas no ritmo esperado, o que seria "um problema coletivo de inação, outro de falta de ambição". Quanto aos compromissos do país, mencionou o ajuste da NDC brasileira e os objetivos de reduzir 48% e 53% das emissões até 2025 e 2030, respectivamente, além da neutralidade climática ambicionada para 2050. O compromisso de zerar o desmatamento na Amazônia até 2030 também foi destacado, assim como a redução de quase 50% no desmatamento nos dez primeiros meses de 2023: logro que evitou a liberação de "250 milhões de toneladas de carbono na atmosfera".

Ao citar a seca inédita vivenciada no bioma que hospeda "os maiores reservatórios de água doce do mundo", Lula (2023c) advertiu, porém, que o futuro da região não depende somente dos amazônidas: "O desmatamento em todo mundo só responde por 10% das emissões globais. Mesmo que não derrubemos mais nenhuma árvore, a Amazônia poderá atingir seu ponto de não retorno se outros países não fizerem sua parte".

No discurso, Lula (2023c) sublinhou que a NDC brasileira é mais ambiciosa do que a de muitos países que são poluidores desde a Revolução Industrial, mas alertou que "os mais vulneráveis podem ter que escolher entre combater a mudança do clima e combater a pobreza". Assim, classificou o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, como "inegociável", criticando os entraves ao financiamento climático, ao afirmar que "os gastos militares em 2021 somaram 2 trilhões e 200 bilhões de dólares".

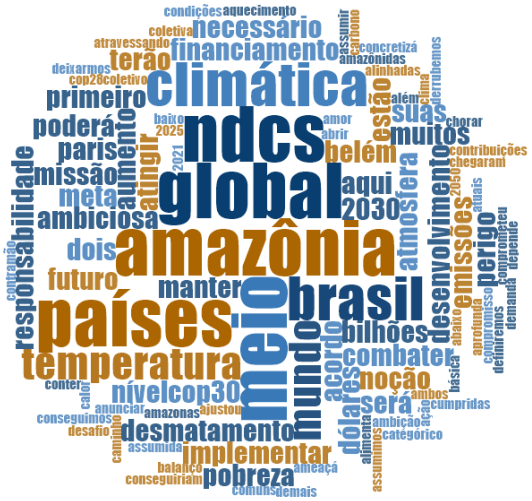
9 As NDCs são metas voluntárias apresentadas por cada país membro do Acordo de Paris (assinado em 2015) para reduzir emissões de gases do efeito estufa e combater as mudanças climáticas. O Acordo de Paris estabelece que a cada cinco anos os países devem atualizar suas metas apresentadas, necessariamente sendo mais ambiciosos, com o objetivo de limitar o aumento da temperatura global a 1,5ºC.

Apesar do tom crítico à letargia dos países ricos quanto às obrigações de financiamento, o discurso de Lula se distingue daquele da gestão Bolsonaro na COP 25 não só por fazer um chamamento à ação coletiva com bases mais propositivas, mas também por apresentar avanços ambientais concretos e compromissos climáticos renovados já em seu primeiro ano de governo, o que lhe rendeu legitimidade para cobrar atores externos.

Lula (2023c), portanto, assumiu um papel de liderança em sua gestão, renovando a aposta nas ações coletivas. Nessa direção, enfatizou "a Missão 1.5", proposta pelo Brasil a fim de manter a todos na "trilha do um grau e meio": "Nos dois anos até a COP30, será necessário redobrar os esforços para implementar as NDCs que assumimos. E, em Belém, precisamos anunciar NDCs mais ousadas e garantir os meios de implementação necessários para concretizá-las".

A seguir, é possível observar a nuvem de palavras obtida a partir do discurso de Lula na COP28. As palavras mais citadas foram: NDC(s) (7 vezes), Global (5 vezes), Países (5 vezes), Meio (5 vezes), Amazônia (5 vezes) e Brasil (4 vezes).

Figura 6: Nuvem de palavras elaborada pelas autoras a partir do discurso de Lula na COP 28.



Fonte: elaboração própria

O quadro a seguir compara os discursos de Salles (2019) e de Lula (2023c) nas COPs 25 e 28, respectivamente.

Quadro 3: Comparação esquematizada dos discursos de Salles e Lula em COPs.

Eixos comparativos	Discurso Salles (2019)	Discurso Lula (2023c)
Palavras rastreadas quanto a clima e meio ambiente	Menção a Emissões (4 vezes), Mudança(s) do Clima (3 vezes), Amazônica (3 vezes), Ambientais (2 vezes), Desenvolvimento sustentável (1 vez) e Renováveis (1 vez).	Menção a Amazônia (5 vezes), Emissões (2 vezes), Acordo de Paris (2 vezes), Amazônida (1 vez) e Mudança do Clima (1 vez). O adjetivo Climática apareceu quatro vezes, ligado a expressões como Neutralidade Climática, Justiça Climática, Ação Climática e Emergência Climática.
Papel do Brasil na governança climática e ambiental	Postura defensiva quanto às críticas internacionais à performance ambiental do Brasil. Pressão por financiamento climático aos países em desenvolvimento. Foco na conclusão do Artigo 6 do Acordo de Paris.	Papel de liderança global e regional: propõe a "Missão 1.5" e reforça seu papel como anfitrião da COP 30 em Belém. Defensor da Justiça Climática: enfatiza o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Pressão por financiamento internacional e transferência tecnológica.
Objetivos anunciados em matéria de clima e meio ambiente e/ ou ações concretas implementadas.	Ausente.	Ação rápida na Amazônia: redução em quase 50% no desmatamento do bioma nos dez primeiros meses de 2023. Ajuste na NDC brasileira propondo reduzir 48% e 53% das emissões até 2025 e 2030, respectivamente. Meta de alcançar a neutralidade climática até 2050. Compromisso de zerar o desmatamento na Amazônia até 2030.

Fonte: Produção das autoras com base em Salles (2019) e Lula (2023c).

CONCLUSÃO

Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva são líderes diferentes em diversas dimensões. A comparação entre suas políticas externas evidencia as mudanças ocorridas e coloca em xeque a ideia de que a política externa brasileira é marcada por forte continuidade. A trajetória desde a democratização indica que as diferenças emergentes com as alternâncias de governo – em paralelo à maior polarização política – culminam em mudanças cada vez mais pronunciadas, chegando ao que Hermann (1990) chama de "mudança de objetivo" ou mesmo de "inserção internacional". Nessa mesma linha, a análise comparativa entre os discursos de Bolsonaro e Lula revela diferenças profundas na concepção de política externa e no papel do Brasil na governança climática e ambiental.

O governo Bolsonaro adotou uma retórica defensiva, marcada pelo confronto com críticos internacionais e pela rejeição a normas e compromissos multilaterais. O discurso brasileiro

negou a gravidade dos incêndios na Amazônia, minimizou as responsabilidades ambientais e afirmou que o país era injustamente atacado por interesses estrangeiros. A defesa intransigente de uma soberania rígida, dissociada de compromissos multilaterais, dominou o tom dos pronunciamentos, nos quais o país foi retratado como alvo da cobiça internacional.

Nesse contexto, a pauta ambiental foi marcada por uma forte carga ideológica, influenciada por discursos antiglobalistas, nacionalistas e resistentes à governança internacional. A questão indígena, por sua vez, foi tratada de maneira assimilacionista. O governo se opôs à demarcação de terras e deslegitimou o papel das organizações da sociedade civil e das lideranças indígenas. Também defendeu o uso produtivo das terras originárias em prol do desenvolvimento nacional, o que implica reduzir os povos indígenas à condição de obstáculos ao progresso econômico, ignorando a centralidade desses grupos na preservação ambiental e na diversidade cultural do país.

Em contraste, os discursos do governo Lula apresentam uma retórica propositiva e diplomática, focada na reconstrução das credenciais ambientais brasileiras e na reinserção do país na governança climática global. Logo em seus primeiros pronunciamentos, o presidente retomou temas como mudanças climáticas, sustentabilidade e Amazônia, a fim de posicionar o país como liderança regional disposta a cooperar em prol de soluções globais. Os compromissos foram apresentados de forma concreta e articulada, com ênfase em metas como o desmatamento zero, a transição energética justa e a promoção de justiça climática. Ao retomar relações com parceiros estratégicos e participar ativamente de fóruns multilaterais, o governo Lula buscou reverter o isolamento internacional herdado e reposicionar o Brasil como referência positiva no debate ambiental.

A questão indígena também assumiu um papel de destaque nos discursos da terceira gestão de Lula. Em vez de negação ou invisibilização, houve o reconhecimento da centralidade dos povos originários na proteção dos biomas e na formulação de políticas ambientais. A criação de instâncias institucionais voltadas aos povos indígenas, a defesa de seus direitos territoriais e culturais e a associação direta entre proteção ambiental e justiça social marcaram uma inflexão importante em relação ao ciclo político anterior.

Essas diferenças de conteúdo e de tom refletem, de forma clara, os fatores explicativos destacados ao longo do artigo. A visão de mundo dos presidentes e as coalizões políticas que lhes conferem sustentação foram determinantes para os enquadramentos discursivos observados.

No caso de Bolsonaro, a retórica foi moldada por ideologias conservadoras, céticas em relação ao multilateralismo, e por uma base de apoio que incluía segmentos refratários à regulação ambiental, como setores do agronegócio, segmentos evangélicos e grupos políticos nacionalistas. Já o governo Lula se apoiou em uma coalizão composta por forças progressistas,

movimentos sociais, ambientalistas e setores da diplomacia institucional, que favoreceram a reconstrução do engajamento internacional brasileiro e o retorno a uma política externa ambiental cooperativa e propositiva.

A análise de conteúdo realizada, ancorada em evidências empíricas e em codificação sistemática, demonstrou que os discursos oficiais são instrumentos relevantes para projetar identidades internacionais, anunciar compromissos e articular prioridades. Mais do que um recurso simbólico, a linguagem adotada em momentos inaugurais carrega sinais de direções políticas futuras e reflete disputas internas por legitimidade e hegemonia. Em regimes presidencialistas, como o brasileiro, essas direções são especialmente sensíveis à orientação ideológica do chefe do Executivo e ao contexto político doméstico.

Dessa forma, o estudo coaduna a ideia de que a alternância entre os governos de Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva resultou em um reposicionamento significativo da política externa ambiental do Brasil. A mudança não se restringiu ao estilo ou à intensidade da retórica, mas também abrangeu os compromissos assumidos, os parceiros estratégicos priorizados e a forma de inserção do país nas instituições multilaterais e nos debates climáticos globais.

Ao reforçar a importância da articulação entre ideias, coalizões domésticas e linguagem na análise da política externa, este artigo contribui para o campo da política externa comparada e da análise de política externa, evidenciando que agendas globais, como a ambiental, são particularmente permeáveis a disputas internas e a mudanças de liderança. Em tempos de urgência climática, compreender essas inflexões é fundamental para avaliar o papel que países como o Brasil podem desempenhar na construção de uma ordem internacional mais cooperativa, justa e sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. Bolsonaro diz que "pode sair fora" do Acordo de Paris. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-12/bolsonaro-diz-que-pode-sair-fora-do-acordo-de-paris. 2018a. Acesso em 09 jul. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. Brasil retira candidatura para sediar a COP-25 em 2019. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-11/brasil-retira-candidatura-para-sediar-cop-25-em-2019. 2018b. Acesso em 08 jan. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. Presidente Lula faz reunião histórica na COP 28 com representantes de 135 organismos da sociedade civil. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/12/presidente-lula-faz-reuniao-historica-na-cop-28-com-representantes-de-135-organismos-da-sociedade-civil. 2023. Acesso em 09 jul. 2024.

ALDEN, Chris; ARAN, Amnom. *Foreign Policy Analysis*. New Approaches. Nova Iorque, Routledge: 2012.

ANDRADE, Hanrrikson. Noruega se opõe a Bolsonaro e congela repasses para o Fundo Amazônia. *UOL, 2019*. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/08/15/noruega-se-opoe-a-bolsonaro-e-congela-repasses-para-o-fundo-amazonia.htm. Acesso em 09 jan. 2025.

ANJOS, Anna Beatriz. Na COP28, Lula mostra lição de casa sobre Amazônia, mas reforça contradição com petróleo. *Agência Pública*, 2023. Disponível em: https://apublica.org/2023/12/na-cop28-lula-mostra-licao-de-casa-sobre-amazonia-mas-reforca-contradicao-com-petroleo/. Acesso em 06 jan. 2025.

ARAÚJO, Ernesto. Trump e o Ocidente, *Cadernos de Política Exterior*, v.3, n.6, p. 323-357, 2017. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-92-cadernos_de_politica_exterior_ano_3_numero_6_segundo_semestre_de_2017 Acesso em 05 ago. 2026.

ARAÚJO, Ernesto. Now we do. On politics and religion in Brazil after the recent presidential election, *The New Criterion*, vol. 37, n.1, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/artigo-do-ministro-ernesto-araujo-publicado-na-revista-the-new-criterion. Acesso em 05 ago. 2026.

BBC. De Amazônia a ofensa a esposa, as frases da escalada de tensão entre Bolsonaro e Macron. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49455361. Acesso em 08 jan. 2025.

BELÉM LOPES, Dawisson; CARVALHO, Thales. Política externa ou campanha eleitoral por outros meios? *O Globo*, 26 de junho 2020. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/artigo--politica-externa-ou-campanha-eleitoral-por-outros-meios-24500664. Acesso em 08 jul. 2024.

BOLSONARO, Jair Messias. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial. Brasília, 1º de janeiro de 2019. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial. Acesso em: 09 jun. 2024.

BOLSONARO, Jair Messias. Discurso de Bolsonaro na 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas. *EBC, 2019b*. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-09/presidente-jair-bolsonaro-discursa-na-assembleia-geral-da-onu. Acesso em 09 jun. 2024.

BOTÃO, Gustavo Rocha. Reconfiguração do bloco no poder brasileiro e política externa: o que a burguesia interna quer de Lula? *Conjuntura Austral***,** vol. 14, n.68, p.88-99, 2023.

BREUNING, Marijke. *Foreign policy analysis*: a comparative introduction. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2007.

CASARÕES, Guilherme Stolle e Paixão e. O Brasil a caminho das Índias e o triunfo do nacionalismo religioso. *O Estado de S. Paulo,* 2020. Disponível em: https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,analise-o-brasil-a-caminho-das-indias-e-o-triunfo-do-nacionalismo-religioso,70003172473. Acesso em 08 jul. 2024.

CASARÕES, Guilherme Stolle e Paixão e; FARIAS, Débora Barros Leal. Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro: far-right, populism and the rejection of the liberal international order. *Cambridge Review of International Affairs,* vol. 35, n. 5, 2021.

CASARÕES, Guilherme Stolle e Paixão e; SARAIVA, Miriam Gomes. El populismo y la política exterior de Jair Bolsonaro. In GRATIUS, S.; RIVERO, A. (eds.) *Populismo y política exterior en Europa y América.* Madrid: Tecnos, p.257-279, 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (2023). *Acordo de Paris: Handbook – Artigo 6*. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/84/eb/84eb3364-d7ad--4ef7-b8ee-2f86912c5504/acordo_de_paris_-_artigo_6_interativo.pdf. Acesso em 03 jan. 2024.

CRAVO, Alice. Em discurso no G20, Lula cobra redução da desigualdade e afirma que vai lançar 'Aliança Global contra a Fome. *O Globo*, 09 setembro 2023. Disponível em https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/09/09/em-iscurso-no-g20-lula-cobra-reducao-da-desigualdade-e-afirma-que-vai-lancar-alianca-global-contra-a-fome.ghtml. Acesso em 09 set. 2023.

MIGUEL, Katarini Giroldo; FRANCO DE SOUZA, Amanda. Midiativismo ambiental: a boiada de Ricardo Salles na Amazônia Real. *Esferas*, vol. 25, 2022.

GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL. Relatório Final. 2022. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2022/12/Relatorio-final-da-transicao-de-Lula.pdf. Acesso em 10 jan. 2025.

GARDINI, Gian Luca. Latin American Foreign Policies Between Ideology and Pragmatism: A Framework for Analysis. In GARDINI, G.L; LAMBERT, P. (eds.), *Latin American Foreign Policies*: Between Ideology and Pragmatism. Nova York: Palgrave Macmillan, 2011, pp. 13-34.

GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert O. Ideas and Foreign Policy: an analytical framework. In GOLDSTEIN, J.; KEOHANE, R. (Ed.) I*deas & foreign policy:* beliefs, institutions, and political changes. Ithaca-London: Cornell University Press, 1993.

GOMES, Zimmer de Souza Bom. Idiossincrasias do presidente na política externa: liderança do processo decisório, ideias e diplomacia presidencial de Lula. 2016. 195 f. Dissertação (Mestrado em Política Internacional) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GONÇALVES. Fernanda Cristina. Nanci; MADUREIRA, Eduardo Morrot Coelho. Política Externa e Agronegócio no Brasil: atores, interesses e influência no Governo Bolsonaro. *Carta Internacional*, vol. 18, n. 3, e1372, 2023.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá; SILVA, Irma Dutra de Oliveira e. Far-Right Populism and Foreign Policy Identity: Jair Bolsonaro's ultra-conservatism and the new politics of alignment. *International Affairs* vol. 97, n. 2, 2020.

HERMANN, Charles F. Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy. *International Studies Quarterly,* vol. 34, n. 1, 1990.

HIRST, Monica. A política externa de Lula 3.0 além do horizonte. *Cadernos Adenauer* XXIV, p.89-109, 2023.

HUDSON, Valerie M. Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations. *Foreign Policy Anal*ysis vol. 1, n. 1, 2005.

HUMAN RIGHTS WATCH. "O ar é insuportável". Os impactos das queimadas associadas ao desmatamento da Amazônia brasileira na saúde. 2020. Disponível em: https://www.hrw.org/pt/report/2020/08/26/376135. [Acesso em 08 jan. 2023].

LIJPHART, Arend. Comparative Politics and the Comparative Method**.** *The American Political Science Review, vol.* 65, n. 3, p.682-693, 1971.

LULA DA SILVA, Luiz I. Discurso do Presidente da República, Lula da Silva, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial. 2023a. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/leia-a-integra-do-discurso-de-lula-apos-receber-a-faixa-da-presidencia.ghtml. Acesso em 09 jun. 2024.

LULA DA SILVA, Luiz I. Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 78ª Assembleia da ONU. 2023b. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o--planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-78a-assembleia-da-onu. Acesso em 09 jun. 2024.

LULA DA SILVA, Luiz I. Discurso do presidente Lula na Primeira Sessão do Segmento de Alto Nível para Chefes de Estado e Governo da COP 28. 2023c. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-primeira-sessao-do-segmento-de-alto-nivel-para-chefes-de-estado-e-governo-da-cop-28. Acesso em 02 jan. 2025.

MANZANO, Fabio. Bolsonaro exclui participação da sociedade civil de conselho do Fundo Nacional do Meio Ambiente. *G1, 2020*. Disponível em: https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/02/06/bolsonaro-exclui-participacao-da-sociedade-civil-de-conselho-do-fundo-nacional-do-meio-ambiente.ghtml. Acesso em 09 jan. 2025.

MILANI, Carlos R.S. Política externa é política pública?. *Insight Inteligência,* vol. 69, *p*. 57-75, 2015.

MILANI, Carlos R.S.; PINHEIRO, Letícia. Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua caracterização como Política Pública. *Contexto Internacional, vol.* 35, n. 1, p.1-41, 2013.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Marina faz "revolução verde" em programa de Lula. 2022. Disponível em: https://www.oc.eco.br/marina-faz-revolucao-verde-em-programa-de-lula/. Acesso em 09 jan. 2025.

OLIVEIRA, Elizabeth. Do desmonte à reconstrução, a agenda ambiental em cem dias do governo Lula. *(O)Eco*, 2023. Disponível em: https://oeco.org.br/reportagens/do-desmonte-a-reconstrucao-a-agenda-ambiental-em-cem-dias-do-governo-lula/. Acesso em 03 jan. 2025.

ORTE, Paola de. Araújo critica Foucault, Lacan e Rosa Luxemburgo e ataca 'climatismo' em palestra nos EUA. *O Globo, 2019*. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/araujo-critica-foucault-lacan-rosa-luxemburgo-ataca-climatismo-em-palestra-nos-eua-23942149. Acesso em 08 jul. 2024.

PINHEIRO, Leticia; SANTOS, Leandro Wolpert. O Itamaraty na política externa do governo Bolsonaro. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ed. 175, p.6-7, 2022.

RODRIGUES, Pietro; URDINEZ, Francisco; OLIVEIRA, Amâncio. Measuring international engagement: systemic and domestic factors in Brazilian foreign policy from 1998 to 2014. *Foreign Policy Analysis*, vol. 15, n. 3, p.370-391, 2019.

SALLES, Ricardo. Discurso Oficial na Plenária da COP 25. Ministério do Meio Ambiente. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/centrais-de-conteudo/discurso-20cop25-pdf. Acesso em 02 jan.de 2025.

SARAIVA, Miriam Gomes. A diplomacia brasileira e a visão sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas. *Mural Internacional,vol.* 1, n. 1, p.45-52, 2010.

SARAIVA, Miriam Gomes; ALBUQUERQUE, Felipe Leal. The foreign policy of Jair Bolsonaro in three moments. In VELÁZQUEZ FLORES, R. et al. (eds.). *Latin American Foreign Policies:* between pragmatism, principism and neoliberalism. México: AMEI/CESPENA/Fondo Editorial PUCP/Externado/UNLP, 2022.

SARAIVA, Miriam Gomes; REIS, Ana Paula Marino. O Brasil "voltou": as mudanças na Política Externa nos primeiros 100 dias do governo de Lula. *Conjuntura Austral* vol. 14, p.61-72, 2023.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa e. Ideologia e Pragmatismo na Política Externa de Jair Bolsonaro. *Relações Internacionais,* vol. 64, 2019.

SARTORI, Giovanni. 1994. Comparación y método comparativo. In: SARTORI, G.; MORLINO, L. (Ed.) *Los problemas de la comparación en Ciencias Sociales*. Madrid: Alianza Universidad, 1994.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matias. Governança ambiental: da destruição das florestas até os objetivos de descarbonização. *Revista USP*, vol. 134, p.143-162, 2022.

WEHNER, Leslie. Stereotyped images and roles dissonance in foreign policy of right-wing populist leaders: Jair Bolsonaro and Donald Trump. *Cooperation and Conflict*, 00, 2022.